

## INTRODUÇÃO

Demonstrando significativos desequilíbrios em suas finanças, os municípios baianos experimentaram, no período compreendido entre 1993 a 1996, preocupantes índices de concentração e modestos crescimentos em suas receitas, reduzida participação das receitas tributárias (próprias) em relação às de transferência, crescimento das despesas em funções “meio” em detrimento daquelas vinculadas à área social, além de um excessivo comprometimento dos recursos com o poder legislativo e com o pagamento da dívida pública. Ademais, os municípios de modo geral apresentaram resultados deficitários de grandes proporções.

A partir de 1997 começam a ser observados tímidos sinais de reversão do quadro desfavorável. Entretanto foi no exercício de 1998, que os números apontaram para uma surpreendente recuperação do quadro financeiro, configurada a partir dos seguintes dados:

Redução do nível de concentração das fontes de receitas nos 50 municípios de maior arrecadação; incremento de 32,41% nas receitas orçamentárias, com destaque para as tributárias que evoluíram 45,71% frente a 32,00% das de transferência; aumento da participação das receitas próprias na composição das receitas totais, de 14,43% em 1994 para 21,40% em 1998 e transferência de recursos de áreas “meio” para a área social, particularmente nas funções educação e cultura e saúde e saneamento. Consequentemente, verificou-se uma significativa redução do déficit fiscal de 13,61% em 1996 para 1,42% em 1997 e 4,68% em 1998, sendo que, dos 367 municípios deficitários em 1996, 92 deles já se encontravam em posição superavitária em 1998.

Apesar dos dados favoráveis apresentados, acredita-se que ainda não é momento para comemorações, considerando-se que a dívida pública registrou crescimento considerável – de R\$125,5 milhões em 1997 para R\$164,3 milhões em 1998.

Amparados em tais análises acredita-se que, com a busca da eficácia e efetividade na aplicação dos recursos, os municípios possam vislumbrar, em um curto prazo, o desejado equilíbrio em suas finanças e, assim, se capacitarem ao atendimento das demandas sociais que se avolumam a cada dia. Será, portanto, necessária a modernização da máquina arrecadadora com vistas à elevação das receitas tributárias e, sobretudo, a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com todas as suas implicações corretivas e moralizadoras no cotidiano da administração pública.